

SETRAN
Publicado no Diário Oficial
nº 34047
De 02/12/2019



HUGO MIGUEL COELHO
Dirplani/ Setran

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES – SETRAN
DIRETORIA DE PLANEJAMENTO DA INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES

Publ: _____
nº _____
De _____

**CONVÊNIO Nº 067/2019 QUE ENTRE SI
CELEBRAM A SECRETARIA DE ESTADO
DE TRANSPORTES – SETRAN E A
PREFEITURA MUNICIPAL DE VISEU,
CONFORME ABAIXO MELHOR SE
DECLARA:**

PROCESSO Nº 2019/325987

Por intermédio do presente **Instrumento**, com base nos preceitos constitucionais e legais em vigor, a **SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES - SETRAN**, ora denominada **CONCEDENTE**, sediada à Av. Almirante Barros, nº. 3639, Bairro do Souza, CEP: 66613-710, Belém-PA, representada neste ato por seu Secretário de Estado Transportes, **ANTÔNIO DE PÁDUA DE DEUS ANDRADE**, brasileiro, solteiro, Engenheiro Civil, portador do RG nº 750708 – SSP/PI e inscrito no CPF sob o nº. 286.634.203-82, residente e domiciliado nesta cidade, e de outro lado a **PREFEITURA MUNICIPAL DE VISEU**, inscrita no CNPJ sob o nº 04.873.618/0001-17, situada na Av. Justo Chermont, nº s/n, Bairro: Centro, CEP: 68620-000, Viseu - PA, representada neste ato pelo Prefeito Municipal, Sr. **ISAIAS JOSÉ SILVA OLIVEIRA NETO**, brasileiro, casado, portador da carteira de identidade nº 2865057 – SSP/PA e inscrito no CPF sob o nº 604.348.562-15, ora denominada de **CONVENIENTE**, celebram o presente **CONVÊNIO**, observada a legislação em vigor, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - FUNDAMENTO LEGAL.

O presente Convênio tem fundamento legal no Art. 116 da Lei Federal nº 8.666/1993 e nos Decretos Estaduais nº 733/2013, nº 870/2013 e no Art. 2º da Lei Estadual nº 5.774/1993, bem como por analogia as disposições constantes na Instrução Normativa STN nº 01/1997 da Secretaria do Tesouro Nacional, sem prejuízo das demais disposições legais correlatas, aos quais ficam fazendo parte do presente **Instrumento**.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ORIGEM.

Através do **Ofício Nº. 780/2019 – GP**, datado de 02 de julho de 2019, a Prefeitura Municipal de Viseu encaminhou solicitação de formalização de termo de convênio, para análise e decisão do Exmo. Sr. Secretário de Estado de Transportes, requerendo providências para a recuperação das vicinais, no município de Viseu/PA.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES – SETRAN
DIRETORIA DE PLANEJAMENTO DA INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES
CLÁUSULA TERCEIRA – DO OBJETO.

3.1. Este Convênio tem por objeto a execução de serviços de recuperação dos pontos críticos das estradas vicinais, no seguinte trecho: **TRECHO – Fazenda Real até a BR308, em uma extensão de 6,50 km; COOD.UTM: INICIO: E 1190504 N 4621563; FINAL: E 1.201.607 N 46.170.513**

3.2. O repasse financeiro da **CONCEDENTE** à **CONVENIENTE**, objetiva exclusivamente executar o objeto discriminado no Item 3.1 deste Instrumento, conforme o Plano de Trabalho apresentado e devidamente aprovado pela Autoridade Superior da **CONCEDENTE**.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Para cumprimento do objeto deste Convênio, as partes obrigam-se cumprir o Plano de Trabalho, que passará a fazer parte integrante deste Convênio, independentemente de transcrição.

PARÁGRAFO SEGUNDO: No Plano de trabalho aprovado constam as metas e as especificações a serem atingidas, com duração de 150 (cento e cinquenta) dias corridos da assinatura deste Termo, bem como, constam as atividades a serem executadas e as ações a serem desenvolvidas.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Caso sejam identificadas necessidades de adequação, o Plano de Trabalho será reavaliado pela **CONCEDENTE**, que deverá propor a readequação necessária.

CLÁUSULA QUARTA – DOS COMPONENTES DO PROJETO.

Para a consecução dos objetivos do Convênio, a **CONCEDENTE** apresentará projeto básico simplificado que consta nos autos e suas respectivas ações e atividades, que irão subsidiar o Plano de Trabalho.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGACÕES DA PARTE.

5.1. Além das competências previstas no Art. 3º do Decreto nº 733/2013, constituem-se obrigações da **CONCEDENTE (SETRAN)**:

- a) Efetuar a transferência dos recursos financeiros previstos para a execução deste Convênio, na forma estabelecida na Planilha Orçamentária e no Cronograma de Desembolso do Plano de Trabalho, que será destinado à recuperação dos pontos críticos das estradas vicinais, no seguinte trecho: **TRECHO - Fazenda Real até a BR308, em uma extensão de 6.50 km; COOD.UTM:INICIO: E 1190504 N 4621563; FINAL: E 1.201.607 N 46.170.513**, no município de Viseu/PA. Dar ciência da celebração deste Convênio à Assembleia Legislativa do Estado do Pará e à Câmara Municipal respectiva, conforme dispõe o art. 116, §2º, da Lei nº 8666/93 c/c Art. 3º, IV do Decreto supracitado;
- b) Assegurar que todos os compromissos e obrigações decorrentes deste Convênio sejam cumpridos;
- c) Orientar, supervisionar, acompanhar e cooperar com a implantação das ações objeto deste Convênio;
- d) Analisar e aprovar as Prestações de Contas, objeto do presente Convênio;



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES – SETRAN
DIRETORIA DE PLANEJAMENTO DA INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES

- e) Acompanhar as atividades de execução e examinar os bens, locais, trabalhos e ações, avaliando os seus resultados e reflexos;
 - f) Aprovar, excepcionalmente, a alteração da programação da execução do convênio, mediante proposta da **CONVENENTE** devidamente justificada, que deverá ser apresentada à **CONCEDENTE** no prazo mínimo de vinte dias do término do convênio;
 - g) Prorrogar “de ofício” a vigência deste instrumento, quando houver atraso na liberação dos recursos a cargo da **CONCEDENTE** conforme consta no Plano de Trabalho, limitada a prorrogação ao exato período do atraso verificado;
 - h) Exercer a autoridade normativa, o controle e a fiscalização sobre a execução deste Convênio;
 - i) Prorrogar a vigência deste Instrumento, caso haja necessidade para o cumprimento do Plano de Trabalho, devendo ser expressamente motivada”;
 - j) Apoiar a mobilização e articulação com órgãos da Administração Pública Federal, Estadual, Municipal e organizações da sociedade civil organizada na implementação do presente Projeto.
- 5.2. Além das competências previstas no Art. 4º do Decreto nº 733/2013, constituem-se obrigações da **CONVENENTE (MUNICÍPIO)**:
- a) Executar todas as atividades inerentes à implementação do presente Convênio, com rigorosa obediência ao Plano de Trabalho;
 - b) Não utilizar os recursos recebidos da **CONCEDENTE** em finalidade diversa da estabelecida neste Convênio, ainda que em caráter de emergência;
 - c) Restituir, à conta da **CONCEDENTE**, eventual saldo dos recursos transferidos pela mesma e/ou de rendimentos decorrentes de aplicação financeira, existente na data de sua conclusão ou extinção, sob pena de imediata instauração de Tomada de Contas Especial;
 - d) Responsabilizar-se por todos os encargos de natureza trabalhistas e previdenciários decorrentes ou não do ajuizamento de eventuais demandas judiciais, bem como por todos os ônus tributários ou extraordinários que incidam sobre o presente instrumento, ressalvados aqueles de natureza compulsória, lançados automaticamente pela rede bancária arrecadadora;
 - e) Manter registros, arquivos e controles contábeis específicos para os dispêndios relativos ao presente Instrumento;
 - f) Promover a divulgação das ações objeto deste convênio citando, obrigatoriamente, a participação da **CONCEDENTE**, nos trabalhos realizados, na forma por este estabelecida;
 - g) Permitir e facilitar o acesso de técnicos da **CONCEDENTE** e outros por ele designados, e de auditores do Sistema de Controle Interno e Externo, a todos os documentos relativos à execução do Objeto deste Convênio, bem como prestar a estes todas e quaisquer informações solicitadas;
 - h) Apresentar relatórios técnicos parciais e final, explicitando as repercussões do projeto objeto deste Convênio;
 - i) Fornecer todas as informações, dados e imagens fotográficas e de audiovisual solicitados pela **CONCEDENTE** referente ao projeto e a situação financeira da **CONVENENTE** durante o período de sua execução;



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES – SETRAN
DIRETORIA DE PLANEJAMENTO DA INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES

- j) Realizar as despesas para a execução do objeto do convênio expresso no Plano de Trabalho;
- k) Utilizar os bens e serviços custeados com recursos da **CONCEDENTE** exclusivamente na execução do objeto deste convênio;
- l) Comunicar à **CONCEDENTE** sempre que houver prêmios, títulos, homenagens e afins, decorrentes dos trabalhos realizados no âmbito do presente Convênio;

CLÁUSULA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO.

- 6.1. Deverá ser designado um fiscal de convênio a quem caberá supervisionar, fiscalizar e acompanhar a execução, bem como apresentar relatórios quando do término de cada etapa ou sempre que solicitado pela Administração **CONCEDENTE**;
- 6.2. O fiscal de convênio representará a Administração na supervisão, fiscalização e acompanhamento da execução do convênio, devendo tal indicação recair sobre agente público ou comissão especialmente designada para tal atividade, que possuam qualificação técnica condizente com a complexidade e especificidade do objeto do instrumento firmado;
- 6.3. O Setor Competente da **CONCEDENTE** deverá seguir todas as determinações legais previstas no **Decreto nº 870/2013** que versa sobre a supervisão, fiscalização e acompanhamento da execução dos convênios celebrados pelos órgãos e entidades do Poder Executivo do Estado do Pará;
- 6.4. Quanto aos convênios cujo **valor global exceda R\$ 100.000,00 (cem mil reais)** terão como fiscal, **obrigatoriamente**, servidor ocupante de cargo de provimento **efetivo ou empregado permanente, ou comissão por estes composta**, conforme disposto no Art. 2º do Decreto Estadual nº 870/2013;

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS.

- 7.1. O valor do repasse financeiro deste Convênio totaliza **R\$434.173,88 (Quatrocentos e trinta e quatro mil, cento e setenta e três reais e oitenta e oito centavos)**, sendo de responsabilidade da **CONCEDENTE** o repasse de **R\$ 400.000,00 (Quatrocentos mil reais)** destinados à recuperação serviços de recuperação dos pontos críticos das estradas vicinais, no seguinte trecho: **TRECHO – Fazenda Real até a BR308, em uma extensão de 6,50 km; COOD.UTM: INICIO: E 1190504 N 4621563; FINAL: E 1.201.607 N 46.170.513** no município de Viseu, que serão utilizados para execução do objeto deste Instrumento;
- 7.2. A contrapartida da **CONVENENTE** será financeira no valor de **R\$ 34.173,88 (Trinta e quatro mil, cento e setenta e três reais e oitenta e oito centavos)** destinados à execução do objeto deste Convênio, conforme discriminado na Cláusula Terceira, Item 3.1 deste Instrumento, bem como, especificado no Plano de Trabalho devidamente aprovado pela Autoridade Superior da **CONCEDENTE**, podendo ser aditivado conforme conveniência das partes;
- 7.3. As despesas decorrentes deste Convênio correrão por conta da seguinte **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Unidade Orçamentária: 29101; Programa de Trabalho: 7505;**



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES – SETRAN
DIRETORIA DE PLANEJAMENTO DA INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES

Natureza da Despesa: 444042; Origem do Recurso: ESTADUAL; Fonte de Recurso: 0124000000; Plano Interno: 106CVRPCVVS; Ação Detalhada: 258248. PARÁGRAFO

PRIMEIRO: Os recursos necessários à execução do Plano de Trabalho deverão estar previstos no orçamento da **CONCEDENTE** para o ano de vigência do convênio.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Os recursos previstos no Plano de Trabalho deverão ser liberados de acordo com o cronograma de desembolso estabelecido.

PARÁGRAFO TERCEIRO: É vedado ao órgão receptor dos recursos liberados pela **CONCEDENTE**, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade do agente:

- a) Realizar despesa anterior ou posterior à vigência do presente Convênio;
- b) Realizar despesas com publicidade (salvo as de caráter educativo, informativo ou de orientação social) das quais constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

PARÁGRAFO QUARTO: Quando da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção deste Convênio, os saldos financeiros remanescentes de resíduos de gastos serão aplicados de acordo com plano de trabalho aprovado pela Comissão Geral do Projeto e, se não autorizado a aplicá-lo, devolvidos à **CONCEDENTE**, no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena da imediata instauração de Tomada de Contas Especial da **CONVENIENTE**.

CLÁUSULA OITAVA – DA ABERTURA DE CONTA ESPECÍFICA

Os recursos transferidos pela **CONCEDENTE** para o objeto deste Convênio serão mantidos em conta bancária específica da mesma, em Banco Oficial, sendo movimentada pela gerência administrativa deste Convênio e sendo permitidos somente saques para o pagamento de despesas previstas nos planos de trabalho, mediante cheque nominativo ao credor ou ordem bancária. Os planos de trabalho específicos deverão ser aprovados pela Comissão de Acompanhamento deste Convênio.

CLÁUSULA NONA – DA AÇÃO PROMOCIONAL.

Qualquer ação promocional relacionada com o objeto do presente Convênio depende de prévia e formal aprovação da **CONVENIENTE**, sendo obrigatoriamente destacada a participação das entidades conveniadas, observado o disposto no Parágrafo Primeiro do art. 37 da Constituição Federal.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA VIGÊNCIA, PRORROGAÇÃO E ALTERAÇÃO.

10.1. Este Termo de Convênio tem vigência de 150 (cento e cinquenta) dias contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado ou alterado, mediante termo aditivo, por solicitação do **CONVENIENTE**, devidamente fundamentada, formulada, com no mínimo 30(trinta) dias de antecedência antes do seu término, desde que autorizada pela **CONCEDENTE** exceto nos casos de atraso de liberação de recurso por parte da **CONCEDENTE**.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES – SETRAN
DIRETORIA DE PLANEJAMENTO DA INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES

10.2. Cabe a **CONCEDENTE** prorrogar “de ofício” a vigência deste Instrumento, quando houver atraso na liberação dos recursos a cargo da **CONVENIENTE**, segundo consta no Plano de Trabalho, limitada a Cláusula Quinta, Item 5.1, alínea “g”.

10.3. É vedado o aditamento com alteração do objeto [...]”

PARÁGRAFO ÚNICO: Em caráter excepcional e devidamente justificado nos autos, o **CONCEDENTE** poderá aprovar reformulação do Plano de Trabalho, sendo vedada a mudança do objeto e das metas.

CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA – DA DENÚNCIA OU RESCISÃO.

11.1. O convênio poderá ser denunciado a qualquer tempo, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e auferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença, não sendo admissível cláusula obrigatória de permanência ou sancionadora dos denunciantes;

11.2. No prazo improrrogável de até 60 (sessenta) dias da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do convênio, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas em aplicações financeiras realizadas e da contrapartida serão devolvidos à **CONCEDENTE**, esgotadas todas as medidas administrativas pertinentes, sob pena de instauração de Tomada de Contas Especial, providenciada pela **CONCEDENTE**, devidamente atualizados monetariamente;

11.3. O presente Convênio poderá ser rescindido, de comum acordo entre as partes, mediante notificação, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias;

11.4. Constituem motivos para a rescisão de Convênio, a qualquer tempo, independentemente do instrumento de sua formalização:

I- o inadimplemento de qualquer das cláusulas pactuadas;

II- a constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção de informação em qualquer documento apresentado;

III- a verificação de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA PUBLICAÇÃO.

A **SETRAN/PA** providenciará à sua conta, a publicação deste Convênio, em extrato, no Diário Oficial do Estado do Pará, no prazo de 10 (dez) dias, a contar da data de assinatura, conforme dispõe o Art. 9º do Decreto Estadual nº 733/2013.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO RELATÓRIO FINAL.

O Relatório Final da Execução das atividades previstas neste Convênio será entregue no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após o término da vigência das metas previstas no Plano de Trabalho, ou antes, de seu término, se o objeto já tiver sido executado

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS.

A prestação de contas pelo **CONVENIENTE** deste Instrumento deverá seguir piamente as disposições legais previstas nos Art. 13-19 do Decreto Estadual nº 733/2013 como se aqui estivessem transcritas.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES – SETRAN
DIRETORIA DE PLANEJAMENTO DA INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA EXECUÇÃO.

É facultado à **CONCEDENTE**, no caso de paralisação parcial ou total das atividades inerentes ao objeto do presente instrumento, assumir a execução destas, para evitar a descontinuidade da implementação do objeto deste Convênio.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO.

Fica eleito o foro da Comarca de Belém, capital do Estado do Pará, para dirimir litígios oriundos deste Convênio, sendo excluído qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as Partes assinam o presente Instrumento, em 03 (três) vias, de igual teor e forma, para que produza entre si os legítimos efeitos de direito na presença das testemunhas que também os subscrevem.

Belém-PA, 29 de *NOVEMBRO* de 2019.

ANTÔNIO DE PÁDUA DE DEUS ANDRADE
Secretário de Transportes do Estado do Pará
CONCEDENTE

ISAIAS JOSÉ SILVA OLIVEIRA NETO
Prefeitura Municipal de Viseu
CONVENENTE

TESTEMUNHAS:

1. _____

CPF:

2. _____

CPF:

NOME: RAIMUNDO SILVIO DO NASCIMENTO NUNES
 CARGO: CHEFE DE SERVIÇO
 MATRÍCULA: 8046450/4
 RG: 4231833
 CPF: 001.462.342-00
 333903096 - MATERIAL DE CONSUMO.....R\$ 3.000,00
 333903996 - SERVIÇO DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA.....R\$ 200,00
 DE-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE E PUBLIQUE.
 ALESSANDRA LIMA LEAL
 Presidente / FHCGV

Protocolo: 502370

TORNAR SEM EFEITO

TORNAR SEM EFEITO RATIFICAÇÃO DE DISPENSA 77/2019

TORNAR SEM EFEITO PUBLICAÇÃO Nº 492130 DOE Nº 34028 DE 06 DE
 NOVEMBRO DE 2019 EMPRESA: COMERCIAL 3 ALBE LTDA
 ALESSANDRA LIMA LEAL
 DIRETORA PRESIDENTE - FPEHCGV

Protocolo: 502327

OUTRAS MATÉRIAS

TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO Nº 198/2019

A Diretora Presidente em Exercício da Fundação Pública Estadual Hospital
 de Clínicas Gaspar Vianna, no uso das atribuições que lhe foram conferidas
 pela Portaria nº 638 datada de 30 de Outubro de 2019, publicada no DO-
 E-PARÁ Nº 34025 de 01 de Novembro de 2019,
 Idendo o que dispõe o art. 79, Inciso II, da Lei nº 8.666/1993;

LVE:
 I - Rescindir, de comum acordo, o Contrato nº 198/2019, referente à Dis-
 pensação de Licitação nº 47/2019, firmado entre a FPEHCGV e a Empresa ESC
 REGO COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES - ME, considerando que o
 item contratado está tecnicamente incompatível para a realização do pro-
 cedimento do Paciente. Desta forma, não cabendo às partes qualquer in-
 denização em razão do que se pactua, não há mais obrigações contratuais.
 Belém, 13 de Novembro de 2019.
 DE-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.
 DRA. VÂNIA CRISTINA RIBEIRO BRILHANTE
 Diretora-Presidente em Exercício/FHCGV
 ELIAS SOARES CARNUT REGO
 Representante Legal / ESC REGO COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALA-
 RES - ME

Protocolo: 502108

HOSPITAL REGIONAL DE CONCEIÇÃO
DO ARAGUAIA

PORTARIA

PORTARIA Nº 450 DE 29 DE NOVEMBRO DE 2019

A Diretora do Hospital Regional de Conceição do Araguaia, no uso de suas
 atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria de nº 4.820/2019
 - CCG de 26 de setembro de 2019.

RESOLVE:
 DESIGNAR os servidores abaixo relacionados, para comporem a COMIS-
 SÃO DE INVENTÁRIO DOS BENS DE CONSUMO E PERMANENTE EM ALMO-
 XARIFADO do Sistema Integrado de Material e Serviços - SIMAS, deste
 HR de Conceição do Araguaia, a contar de 29/11/2019, até ulterior deli-
 beração.

- Antonio Gomes dos Santos, Maquero, matrícula: 5892314/1.
 - Enezio Rodrigues da Cruz, Agente de Portaria, matrícula: 5892317/1.
 - Luciano Nunes da Cruz, CPF: 701.790.382-06.
- PUBLIQUE - SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.
 Hospital Regional de Conceição do Araguaia, 29 de novembro de 2.019.

Marcela Rodrigues dos Santos
 Diretora do HRCA
 Port. Nº4.820/2019

Protocolo: 502336

PORTARIA Nº 508 DE 29 DE NOVEMBRO DE 2019

A Diretora do Hospital Regional de Conceição do Araguaia, no uso de suas
 atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria de nº 4.820/2019
 - CCG de 26 de setembro de 2019.

RESOLVE:
 DESIGNAR os servidores abaixo relacionados, para comporem a COMIS-
 SÃO DE INVENTÁRIO FÍSICO DE BENS MÓVEIS PERMANENTES do Sistema
 de Patrimônio Mobiliário do Estado - SISPAT WEB, deste HR de Conceição
 do Araguaia, a contar de 29/11/2019, até ulterior deliberação.

- Michael Platinny de Oliveira Ciceri, Agente de Portaria, matrícula: 5892314/1.

- Stanleimir Gomes Barbosa, Agente de Portaria, matrícula: 5892317/1.
 - Josiel de Souza Lima, Agente de Artes Práticas, matrícula: 5832721-2.
- PUBLIQUE - SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.
 Hospital Regional de Conceição do Araguaia, 29 de novembro de 2.019.

Marcela Rodrigues dos Santos
 Diretora do HRCA
 Port. Nº4.820/2019

Protocolo: 502338

HOSPITAL REGIONAL DE SALINÓPOLIS

DIÁRIA

PORTARIA Nº 029/2019 DE 27 DE NOVEMBRO DE 2019.

Nome: Elaine Moura Santos Pampolha
 Cargo: Agente Administrativo
 Matrícula: 57194788-1
 Período: 03.12.2019
 Nº de Diárias: 1/2(meia)
 Origem: Salinópolis/PA
 Destino: Belém/PA
 Objetivo: participar do Treinamento no Programa SigLog, a ser realizado na
 Coordenação DT AIDS/SESPA.
 Ordenador de Despesas: Ana Denise da Silva Monteiro/Diretora do HRS

Protocolo: 502062

SECRETARIA DE ESTADO
DE TRANSPORTES

CONVÊNIO

EXTRATO DE CONVÊNIO

Nº.do Contrato: 067/2019

Processo nº 2019/325987

Valor Total: R\$434.173,88 (Quatrocentos e trinta e quatro mil, cento e
 setenta e três reais e oitenta e oito centavos).

Objeto: a execução de serviços de recuperação dos pontos críticos das es-
 tradas vicinais, no seguinte trecho: TRECHO - Fazenda Real até a BR 308,
 em uma extensão de 6,50 km; COOD. UTM: E 1190504 N 4621563; FINAL:
 E 1.201.607 N 46.170.513.

Data de assinatura: 29/11/2019

Prazo: 120 (Cento e vinte) dias

Inic. de Vig.: 29/11/2019

T. Vig.: 27/03/2020

Foro: Comarca de Belém

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Unidade Orçamentária: 29101; Programa de Trabalho: 7505; Natureza da

Despesa: 444042; Fonte: 0124000000; Origem: Recurso Estadual; Plano

Interno: 106CVRPCVVS; Ação Detalhada: 258248.

CONTRATADO:

Pers: Jurídica CNPJ: 04.873.618/0001-17 Nome: MUNICÍPIO DE VI-

SEU/PA. Logradouro: Avenida Justo Chermont, s/nº

CEP: 68.620-000 Bairro: Centro Cidade: Viseu UF: PA

ORDENADOR: ANTÔNIO DE PÁDUA DE DEUS ANDRADE - SECRETÁRIO DE

ESTADO DE TRANSPORTES.

Protocolo: 502084

OUTRAS MATÉRIAS

EXTRATO DE AUTORIZAÇÃO DE USO

Nº DO TERMO: 014/2019

PROC: 2019/495519

Objeto: Autorização de uso único e exclusivo, sem qualquer ônus para
 a SETRAN, dos seguintes equipamentos: 01 (um) Ferry-Boat denomina-
 do "DOMINGOS ACATAUASSU NUNES" com as seguintes características:
 Comprimento: 47,90m; Boca: 13,60m; Pontal: 2,30m; Calado: 1,66m; e
 01 (um) Ferry-Boat denominado "ANTONIO TEIXEIRA GUEIROS" com as
 seguintes características: Comprimento: 48,00m; Boca: 13,60m; Pontal:
 2,30m; Calado: 1,50m pertencente à sua frota marítima, para que seja uti-
 lizada pela empresa HENVIL - TRANSPORTES LTDA, no serviço de travessia
 ENTRE Icoaraci/Camará/Icoaraci, no Estado do Pará.

Data de Assinatura: 9/11/2019

Prazo de Vigência: 10 (dez) anos

Decreto de Qualificação: s/n

Data: 02/01/2019 (DOE nº 33.771)

Foro: Comarca de Belém-PA